

## A REFORMULAÇÃO DAS EMPRESAS CONCESSIONÁRIAS CAPIXABAS DE ENERGIA ELÉTRICA

*Luiz Cláudio Ribeiro*

Professor Assistente do Departamento de História da UFES

Esse estudo busca o conhecimento do desenvolvimento econômico/industrial brasileiro nos anos 1950 e 1960 em sua relação com o papel desempenhado pelas principais empresas de energia elétrica do Espírito Santo. Além disso, busca ainda revelar alguns aspectos da implantação dos “grandes projetos” de arranco industrial da região Centro-Sudeste brasileira no período.

Entendemos que o Governo brasileiro visava dinamizar a economia brasileira, articulando a região do cerrado e de mineração de ferro com as indústrias e portos do Espírito Santo. Para o sucesso desse projeto, o abastecimento de energia elétrica era fundamental, pois possibilitaria, junto com as ferrovias e rodovias, montar infra-estrutura industrial-portuária de acordo com a racionalidade do *desenvolvimento associado* – ou *interdependente* – que se implantava no Brasil. Daí a importância de a CCBFE e a ESCELSA, empresas que passaram do controle privado e do Governo estadual, respectivamente, para o complexo federal de energia, deixando de ser simples produtoras, distribuidoras e vendedoras de eletricidade em âmbito local para tomarem parte na estratégia articulada entre o Estado brasileiro e os interesses de grupos empresariais internacionais.

A análise bibliográfica da conjuntura político-econômica do período aponta para vários elementos que nos permitem ver a CCBFE e a ESCELSA como *locus* da materialização de uma rede de conflitos e interesses econômicos, políticos e ideológicos. Por isso, é primordial que se defina de antemão o conceito de *desenvolvimento dependente* operado por vários autores. Para Ianni, este se origina com o conceito de desenvolvimento econômico que se fixou

no Brasil ao mesmo tempo em que a técnica do planejamento. As experiências de substituir as importações anteriores à elaboração do Plano de Metas (1957-60) sedimentaram um debate técnico e político sobre assuntos como desenvolvimento, industrialização, economia nacional, planejamento, etc. que preparou os grupos econômicos e políticos dominantes para aceitar a política econômica governamental cada vez mais orientada para “substituir as importações” e, contraditoriamente, aprofundar a dependência e a internacionalização da economia brasileira. Em pouco tempo, “...planejamento e desenvolvimento econômico passaram a ser conceitos associados, tanto para governantes, como para (...) parte da opinião pública.” (IANNI. 1986:156). O planejamento teria sido difundido como uma *técnica neutra*, passível de servir a qualquer modelo de desenvolvimento. No entanto, Ianni sustenta que essa planificação foi desenvolvida no sentido de diversificar a pauta de importações, o que contribuía para aprofundar, paulatinamente, o grau de dependência das economias industriais internacionais, na medida em que *criava novas exigências nas relações externas*. (Ibid.: 173)

Em outra abordagem, Alves trata a questão do desenvolvimento levando em conta a formulação da ideologia do Estado de Segurança Nacional, derivada da ideologia da segurança nacional, que encarava o Estado como o desaguadouro dos interesses nacionais, “*um instrumento utilizado pelas classes dominantes, associadas ao capital estrangeiro, para justificar e legitimar a perpetuação por meios não-democráticos de um modelo altamente explorador de desenvolvimento dependente*” (ALVES. 1984:23). Surgiria daí a conspiração civil e militar de março de 1964, para cujo grupo a idéia de desenvolvimento limitava-se ao campo econômico-industrial, resguardados os interesses “estratégicos” do Brasil e a “segurança nacional” (Ibid.:19).

Para Alves, o Brasil seguiu o modelo de desenvolvimento *dependente*, já que sua economia encontrava-se na periferia do sistema capitalista e funcionava de maneira a fornecer os elementos necessários – matérias-primas, mercado consumidor, lucros, etc. - à perpetuação dos pontos de concentração a que se subordinava. Assim, “*a situação de dependência impõe portanto um complexo relacionamento entre o desenvolvimento capitalista local e a expansão de todo um sistema capitalista mundial, disso resultando que o controle sobre o processo permanece nas mãos de protagonistas e instituições internas e externas à nação.*” (Ibid.: 21) Em outras palavras, a partir da ideologia da segurança nacional, as elites brasileiras combinaram um modelo de desenvolvimento dependente que, à medida que avançava, era politicamente apoiado pelas camadas médias

e subalternas urbanas que faziam coro ao crescimento econômico e ao combate à “ameaça comunista”.

Nessa fase, o controle político da sociedade brasileira estava nos centros de planejamento e decisão “tecnocráticos” do Estado militar, tendo em Golbery do Couto e Silva, o formulador da concepção da utilização dos recursos naturais no jogo das relações diplomáticas. Golbery Silva buscava utilizar-se da polaridade existente entre os dois blocos ideológicos da Guerra Fria para definir vantagens e desvantagens brasileiras. Segundo ele, “*a vida de relação dos Estados, pela interdependência acrescida com que a estes vincula, sobrepõe-se à sua vida própria, individual, vegetativa, como a comprimi-la e asfixiá-la em fôrmas cada vez estreitas e menos elásticas. (...) A estrutura íntima do Estado – estrutura política, econômica, social – vê-se forçada, portanto, a amoldar-se às exigências e às limitações impostas pelo sistema vigente de relações internacionais – o sistema chamado dos múltiplos Estados soberanos (...)*”. (SILVA. 1981:23)

Em relação ao Estado do Espírito Santo, há menções na obra de Golbery ao seu envolvimento nas formulações geopolíticas e no desdobramento dos projetos futuros do Governo federal. A concepção de Golbery para a superação dos problemas brasileiros indicava que se partisse da região mais dinâmica, considerada como um *núcleo central* – formado por São Paulo, Rio de Janeiro, Guanabara, parte de Minas Gerais e parte do Espírito Santo – em um movimento de ampliação “...para uma área geopolítica de reserva geral ou de manobra central, que incorrerá necessariamente, em futuro não muito remoto, à totalidade do Estado de Minas Gerais e o restante do Espírito Santo, espraçando-se, ao impulso da interiorização da Capital [texto de 1959], por todo o sul de Goiás, de modo que o triângulo de potência que já se vai alargando firmemente para o quadrilátero tão bem dotado de São Paulo-Rio-Vitória-Belo Horizonte acabará por estirar-se ainda mais a noroeste para fincar seu vértice interior na região de Brasília, possibilitando afinal a articulação que faltava, com a atual ilha amazônica, ao longo do rio Tocantins e do traçado paralelo da BR-14 [atual BR-153, Belém-Brasília. N.A]”. (Ibid.:91).

Ao que nos parece, foi a partir dessa orientação que o Espírito Santo tomou parte no planejamento da industrialização dos governos militares quando estes se instituíram. Graças à localização no Sudeste e ao complexo formado pela CVRD, Estrada de Ferro Vitória-Minas e Porto de Vitória, a Grande Vitória recebeu investimentos públicos em transporte, energia e portos, e investimentos mistos em siderurgia e celulose.

Na verdade, as análises das condições do desenvolvimento industrial do país já detectavam a necessidade dos investimentos em infra-estrutura

econômica a fim de diminuir o impacto das importações nas contas nacionais desde 1949 e dos meados da década seguinte. Assim, se implantou o setor de produção de bens de consumo duráveis, os grandes projetos do Plano de Metas como a construção da malha rodoviária nacional. (VERSIANI & BARROS. 1978)

Quanto à energia elétrica, estudos do Grupo de Trabalho CEPAL-BNDE de 1955 presentes em *Esboço de um programa de desenvolvimento para o Brasil* apontavam para a necessidade de incremento anual de 7,2% da produção, coincidindo com o programado pelo Governo. (Ibid: 281-291) Em análise posterior, Lessa opinou que o setor elétrico brasileiro não poderia crescer a taxas anuais inferiores a 10% nesse período. (LESSA.1982.)

Já o CEPAL-BNDE preconizava a necessidade de um plano de desenvolvimento mais acelerado em 1956. Esse plano baseava-se num prognóstico das tendências econômicas do próximo decênio considerando que se iniciava naquele momento um novo ciclo caracterizado pela liquidação das reservas monetárias e por endividamento externo. (VERSIANI & BARROS. Idem:282)

Em seu estudo conjunto, o CEPAL-BNDE considerou 3 variáveis para efeito de projeções do crescimento econômico brasileiro: a) a poupança interna; b) as modificações nos preços de intercâmbio; e c) a entrada líquida de capitais externos. (VERSIANI & BARROS. Idem:282) No último caso, o movimento favorável de capitais externos implicava sobremaneira em investimentos em infra-estrutura econômica de longo prazo de maturação, próprios das grandes plantas hidrelétricas.

Entretanto, para o conjunto da economia nacional, a historiografia econômica brasileira é unânime em reconhecer a importância dos anos 50 para o salto de desenvolvimento industrial, em virtude da conjuntura interna/externa e dos planos econômicos<sup>1</sup>. Lessa também observou a existência de uma consciência nacional pelo desenvolvimento econômico, que culminou na *hegemonia da política de desenvolvimento industrial nos anos 50*. Para ele,

1. Em *15 Anos de Política Econômica*, um dos estudos mais destacados sobre o período, este ciclo do desenvolvimento econômico é dividido em 4 movimentos. O primeiro, compreende o período 1948/1950, quando o desempenho da economia brasileira esteve condicionada a *fatores externos que definiram seu perfil*. Para Carlos Lessa, *a industrialização nesta etapa surgiu como uma decorrência e não de um objetivo principal intencionalmente perseguido*. Por isso essa fase é considerada de industrialização *não intencional* por ele. (LESSA.Ibid.:11-12)

entre 1951 e 1954 foram montadas as *bases instrumentais* da política de desenvolvimento industrial, tais como a reestruturação do Plano Nacional Rodoviário, a formação do Fundo Federal de Eletrificação e a recuperação da Marinha Mercante e do sistema portuário brasileiro. Contudo, a maior demanda por energia elétrica no Brasil em decorrência da própria industrialização não era atendida pelas empresas concessionárias de eletricidade compostas em sua maioria por subsidiárias de grupos estrangeiros. (LESSA.Ibid.)

No Espírito Santo a Companhia Central Brasileira de Força Elétrica (CCBFE), subsidiária da American Foreign Power Company e detentora da concessão para Vitória e Cachoeiro de Itapemirim desde 1927, postergava a realização de novos investimentos em geração e distribuição de eletricidade, deixando uma demanda crescente a descoberto justamente nas regiões de maior adensamento populacional e concentração industrial. Por isso, o Governo Jones dos Santos Neves elaborou um Plano Estadual de Eletrificação que visava aumentar a potência instalada em 240% (1952) através da criação de uma empresa estadual de geração, transmissão e distribuição de eletricidade (BITTENCOURT.1987). Dessa maneira, em terras capixabas, a *consciência* pela industrialização motivou o Governo do Estado a atender às pressões políticas por energia abundante e mais barata, marcando o início de sua participação no planejamento do desenvolvimento econômico. Mas somente em 1956 foi criada a Espírito Santo Centrais Elétricas S/A - ESCELSA, para satisfazer a demanda por mais energia elétrica.

Porém, as atividades da nova empresa só deslancharam na década de 1960 e principalmente em 1965, quando a Usina Suiça entrou em operação, coincidindo com o momento em que todo o setor elétrico brasileiro era reformulado, a iniciar pela extinção do CNAEE – Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica – e pela incorporação da Eletrobrás. Naquele momento, ampliar a produção do setor elétrico representava construir novas usinas hidrelétricas de relação custo/capital altíssima e que requeriam investimentos de longo prazo de maturação e baixa rentabilidade. Obviamente isso não interessava ao capital privado. Mesmo assim, o Estado ampliou seu papel no financiamento e na incorporação de empresas de produção de energia elétrica para cumprir o Plano de Metas (1957-1960): em 1960 a produção global brasileira atingia 5.000.000 kw; na mesma linha da ação, em 1965 a oferta de energia elétrica superava a marca de 8.000.000 kw (LESSA. Idem: 37), quando o Estado já passara ao seu controle as subsidiárias da AMFORP, principais empresas energéticas do país.

Reforçando o caráter monopolista do Estado brasileiro, Peter Evans indica que mesmo durante o “milagre”, quando as firmas multinacionais expandiram seus negócios com muita rapidez, “*não é o aumento das multinacionais que se destaca como a tendência mais importante da manufatura durante o período do surto de prosperidade, mas o crescimento das empresas estatais*”. Também para Evans a montagem do sistema empresarial estatal foi a forma encontrada pelo Governo brasileiro para superar a ausência de interesse do capital privado naqueles setores cujo estímulo interessava à estratégia de desenvolvimento. No Espírito Santo, isso é inteiramente observável nos “grandes projetos” construídos: a ampliação das usinas de peletização da CVRD, a construção do Porto de Praia Mole e da Cia Siderúrgica de Tubarão, a construção do complexo ferro-portuário de Vitória, etc<sup>2</sup>, em conformidade com o PAEG (Programa de Ação Econômica do Governo-1964/1966), e com o Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social (1967-1976).

Para Paul Singer, após 1964 o relacionamento do Estado com o grande capital internacional significou na prática a *reversão do processo de substituição de importações*, sobretudo no setor de produção de bens de capital. Para ele, como o país não dispunha de muitos recursos para investimento, os governos optaram por alocar recursos crescentes no setor de exportação – desde *minério de ferro até sapatos, sucos de frutas e serviços de infra-estrutura como os badalados ‘corredores de exportação’* – em detrimento da expansão da produção voltada para o mercado interno. (SINGER, 1982:91). A afirmação de Singer corrobora nossa tese sobre a economia capixaba. De fato, os projetos de maior envergadura dos governos militares no Espírito Santo foram os do complexo siderúrgico capitaneado pela CVRD (envolvendo atividades mineradoras, transporte ferroviário, beneficiamento dos minerais e as atividades portuárias e de transporte naval), pela Companhia Siderúrgica de Tubarão e pelo corredor de exportação que articulava os portos capixabas com o Centro-oeste agroexportador. Para que essa estrutura funcionasse, o Estado brasileiro teria que prover infra-estrutura energética necessária. Foi essa a função da ESCELSA pós-1964!

2. Para maior conhecimento dos “grandes projetos” do Governo federal no Espírito Santo consultamos, entre outras obras: SIQUEIRA, Maria da Penha. *Industrialização e empobrecimento urbano. O caso da Grande Vitória. 1950-1980*. (Tese de doutorado). São Paulo: FAFLH/USP, 1991. (mimeo)

Tal investimento do Executivo federal no setor elétrico no Espírito Santo estava a cargo do BNDE, que financiava aqueles projetos considerados vitais ao desenvolvimento nacional. Obviamente isso provocou mudanças no cronograma das obras para o setor elétrico no Espírito Santo, pois desde a sua fundação em 1956 até sua fusão com a CCBFE, em 1968, quando passou ao controle acionário da Eletrobrás, a ESCELSA era financiada por capitais públicos captados tanto em nível estadual através do repasse da “taxa de eletrificação” e do Imposto Único Sobre Energia Elétrica, previsto no Fundo Nacional de Eletrificação, quanto através do BNDE, da Eletrobrás e de outras fontes interessadas em sua expansão como o GERCA (Grupo Executivo para Recuperação da Cafeicultura) e a CVRD.

Desta maneira, seguindo as diretrizes do Estado autoritário, a CCBFE e a ESCELSA fundiram-se e se integraram ao sistema Eletrobrás (que contava com plantas hidrelétricas como Furnas e CHESF) para transmitirem eletricidade diretamente para os *grandes projetos* associados entre o Estado e o capital privado – CVRD, Aracruz Celulose, Samarco Mineração, Portocel, etc.- permitindo que estes investidores privados não tivessem de assumir os investimentos elevados de capital necessários à implantação de seus projetos.

• • •

#### BIBLIOGRAFIA

ALVES, M.H.M. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1984.

BITTENCOURT, Gabriel. *A formação econômica do Espírito Santo. (o roteiro da industrialização)*. Vitória: Cátedra/DEC, 1987.

CANO, Wilson. *Reflexões sobre o Brasil e a nova (des)ordem internacional*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

CODATO, Adriano Nervo. *Sistema estatal e política econômica no Brasil pós-64*. São Paulo:Hucitec/Ed. UFPR, 1997.

EVANS, Peter. *A Tríplice Aliança. As multinacionais, as estatais e o capital nacional no desenvolvimento dependente brasileiro*. R.J.: Zahar, 1980.

IANNI, Octavio. *Estado e planejamento econômico no Brasil*. R.J.: Difel, 1986.

LESSA, Carlos. *15 anos de política econômica*. São Paulo: Brasiliense, 1982.  
MORANDI, Angela. *Na mão da história: a CST na siderurgia mundial*. Vitória: Edufes, 1997.

OLIVEIRA, A. de. & PINTO JR, H.Q. *Financiamento do Setor Elétrico Brasileiro. Inovações financeiras e novo modo de organização industrial*. R.J.:Garamond, 1998.

RIBEIRO, Luiz Cláudio. *A convivência entre o público e o privado no setor de energia elétrica capixaba (1956-1968)*. Curitiba: Anais do III Congresso Brasileiro de História Econômica/IV Conferência Internacional de História de Empresas, set. 1999. (CD rom).

SILVA, Golbery do Couto e. *Conjuntura política nacional, o Poder Executivo e geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1981.

SINGER, Paul. *A crise do milagre. Interpretação crítica da economia brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SIQUEIRA, Maria da Penha. *Industrialização e empobrecimento urbano. O caso da Grande Vitória. 1950-1980*. (Tese de doutorado). São Paulo: FAFLH/USP, 1991. (mimeo)

VERSIANI, Flávio R. & BARROS, José Roberto M. de. *Formação econômica do Brasil. A experiência da industrialização*. São Paulo: Saraiva, 1978.